



# Diário Oficial do **Município**

**Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim**

quinta-feira, 12 de junho de 2025

Ano XV - Edição nº 02379 | Caderno 1

## **Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim publica**



Praça Rui Barbosa | 252 | Centro | Boa Vista do Tupim-Ba

[boavistadotupim.ba.gov.br](http://boavistadotupim.ba.gov.br)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian  
89866DAC210553793B76175B386FE6B4

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

## SUMÁRIO

- TERMO ADITIVO N.º 02/2025. AO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE ITABERABA/SEABRA, O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE E OS MUNICÍPIOS DE ABAÍRA, ANDARAÍ, BOA VISTA DO TUPIM, BONINAL, IACU, IBIQUERA, IBITIARA, IRAQUARA, ITABERABA, ITAETÉ, LAJEDINHO, LENÇÓIS, MACAJUBA, MARCIONÍLIO SOUZA, MUCUGÊ, NOVA REDENÇÃO, NOVO HORIZONTE, PALMEIRAS, PIATÁ, RUY BARBOSA, SÉABRA, UTINGA E WAGNER.
- DECRETO Nº 40 DE 11 DE JUNHO DE 2025. ABRE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO VALOR TOTAL DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS), PARA FINS QUE SE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
DECRETO Nº 41 DE 11 DE JUNHO DE 2025. ESTABELECE NORMAS PARA ALTERAÇÃO DOS QUADROS DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.  
DECRETO Nº 42 DE 11 DE JUNHO DE 2025. ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 70.000,00 (SETENTA MIL REAIS).
- EXTRATO E PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 253/2024 DL 039/2024.
- DECRETO Nº 43 DE 12 DE JUNHO DE 2025. Abre CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR por Anulação de Dotação no valor total de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), para fins que se especifica e da outras providências.
- CONTRATO Nº 246/2025 IL 018/2025.
- PORTARIA Nº 143, DE 11 DE JUNHO DE 2025. "DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO HORIZONTAL NA CARREIRA DO MAGISTÉRIO, CONFORME LEI Nº 524 DE 13 DE MAIO DE 2010 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Termo Aditivo



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA SAÚDE - SESAB

TERMO ADITIVO N.º 02/2025

AO CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE ITABERABA/SEABRA, O ESTADO DA BAHIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DA SAÚDE E OS MUNICÍPIOS DE ABAÍRA, ANDARAÍ, BOA VISTA DO TUPIIM, BONINAL, IACU, IBIQUERA, IBITIARA, IRAQUARA, ITABERABA, ITAETÉ, LAJEDINHO, LENÇÓIS, MACAJUBA, MARCIONÍLIO SOUZA, MUCUGÊ, NOVA REDENÇÃO, NOVO HORIZONTE, PALMEIRAS, PIATÁ, RUY BARBOSA, SEABRA, UTINGA E WAGNER.

O CONSÓRCIO PÚBLICO INTERFEDERATIVO DE SAÚDE DA REGIÃO DE ITABERABA E SEABRA, pessoa jurídica de direito público, inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o nº 35.366.853/0001-26, com sede na Rua Raul Rocha, s/nº, CEP 46.880-000, Independente, Itaberaba/Bahia, neste ato representado por seu Presidente, Sr. NEY MARQUES DIAS, brasileiro, inscrito no CPF/MF sob o nº 096.997.835-91 e o ESTADO DA BAHIA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 13.937.032/0001-60, com sede na Avenida Luiz Viana Filho, 3ª Avenida, nº 390, Ala Sul, 3º andar, Centro Administrativo da Bahia, Salvador - Bahia, doravante denominado simplesmente ESTADO, representado, neste ato, Chefe do Poder Executivo Estadual, Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, JERONIMO RODRIGUES SOUZA, por intermédio da SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DA BAHIA - SESAB, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.937.131/0001-41, situada na 4ª Avenida, nº 400, Centro Administrativo da Bahia/CAB, Salvador/BA, CEP: 41745-900, representada, neste ato, por sua Secretária, Sra. ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA, CPF nº 927.333.525-04; e os município de ABAÍRA – CNPJ nº 13.670.021/0001-66 representado pelo Sr. Prefeito WELLINGTON BARBOSA SILVA, CPF/MF nº 012.644.645-84; ANDARAÍ – CNPJ nº 13.922.570/0001-80, representado pelo Sr. Prefeito WILSON PAES CARDOSO, CPF/MF nº 054.695.385-91; BOA VISTA DO TUPIIM – CNPJ nº 13.718.176/0001-25, representado pelo Sr. Prefeito SAVIO BULCAO DOS SANTOS, CPF/MF nº 778.638.955-53; BONINAL – CNPJ nº 13.922.612/0001-83, representado pela Sra. Prefeita CELESTE AUGUSTA ARAÚJO PAIVA, CPF nº 239.824.705-87; IACU – CNPJ nº 13.889.993/0001-46 representado pelo Sr. Prefeito NIXON DUARTE MUNIZ FERREIRA, CPF/MF nº 142.101.505-68; IBIQUERA – CNPJ nº 13.718.671/0001-34, representado pelo Sr. Prefeito CARLOS CEZAR DE ALMEIDA SANTOS QUEIROZ, CPF/MF nº 044.466.715-61; IBITIARA – CNPJ nº 13.781.828/0001-76, representado, pelo Sr. Prefeito WILSON DOS SANTOS SOUZA, CPF/MF nº 883.540.405-34; IRAQUARA – CNPJ nº 13.922.596/0001-29, representado pelo Sr. Prefeito WALTERSON RIBEIRO COUTINHO, CPF nº 184.405.255-91; ITABERABA – CNPJ nº 13.719.646/0001-75, representado, pelo Sr. Prefeito JOÃO ALMEIDA MASCARENHAS FILHO, CPF/MF nº 512.490.655 34; ITAETÉ – CNPJ nº 13.922.620/0001-20, representado pelo Sr. Prefeito ZENILDO MATOS DE OLIVEIRA, CPF/MF nº 163.187.575-20; LAJEDINHO – CNPJ nº 13.810.544/0001-60, representado pelo Sr. Prefeito ANTÔNIO MÁRIO LIMA SILVA, CPF/MF nº 329.959.385-49; LENÇÓIS – CNPJ nº 14.694.400/0001-59, representado pela Sra. Prefeita VANESSA DOS ANJOS TELES SENNA, CPF/MF nº 003.601.305-69; MACAJUBA – CNPJ nº 13.810.841/0001-06, representado pelo Sr. Prefeito LUCIANO PAMPONET DE SOUSA, CPF/MF nº 910.608.345-53; MARCIONÍLIO SOUZA – CNPJ nº 13.765.219/0001-23, representado pelo Sr. Prefeito HÉRMINIO JOSÉ OLIVEIRA MERCÊS, CPF/MF nº 253.627.635-04; MUCUGÊ – CNPJ nº 13.922.562/0001-34, representado pela Sra. Prefeita ANA OLÍMPIA HORA MEDRADO, CPF/MF nº 180.123.375-68; NOVA REDENÇÃO – CNPJ nº 16.245.334/0001-65, representado pela Sr. Prefeito ADEMAR MARTINS DE OLIVEIRA FILHO, CPF/MF nº 445.396.145-68; NOVO HORIZONTE – CNPJ nº 16.255.077/0001-42, representado pelo Sr. Prefeito ROGERIO DE OLIVEIRA PRADO, CPF/MF nº 075.412.485-17; PALMEIRAS – CNPJ nº 13.922.638/0001-21, representado pelo Sr. Prefeito WILSON JOSE DA ROCHA, CPF/MF nº 281.096.608-78; PIATÁ – CNPJ nº 13.675.681/0001-30, representado pelo Sr. Prefeito MARCOS PAULO SANTOS AZEVEDO, CPF/MF nº 643.986.415-72; RUY BARBOSA – CNPJ nº 13.810.833/0001-60, representado pelo Sr. Prefeito NEY MARQUES DIAS, CPF/MF nº 096.997.835-91; SEABRA – CNPJ nº 13.922.604/0001-37, representado pelo Sr. Prefeito JOAQUIM INACIO DE SOUZA NETO, CPF/MF nº 023.687.275-31; UTINGA – CNPJ nº 13.811.807/0001-56 representado pelo Sr. Prefeito ATILA SAN TANA KARAOGLAN, CPF/MF nº 998.552.595-72; WAGNER – CNPJ nº 14.694.517/0001-32, representado pelo Sr. Prefeito THIAGO ROCHA LADEIA, CPF/MF nº 029.494.625-02, resolvem celebrar o presente ADITIVO ao contrato de rateio, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem como objeto definir novos valores ao Contrato de Rateio 2025 que fixa regras e critérios de participação na cobertura das despesas operacionais das atividades pertinentes a administração da SEDE do CONSÓRCIO e para a manutenção e gestão da POLICLÍNICA REGIONAL DE SAÚDE, no exercício financeiro de 2025, revogando-se os ANEXOS I, II e III do Contrato de Rateio nº 01/2025 e ANEXO ÚNICO do Termo Aditivo nº 01/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente aditivo tem como fundamento o art. 8º da Lei Federal nº 11.107/05, de 6 de abril de 2005, e art. 13 e ss. do Decreto Federal nº 6.017/07, de 17 de janeiro de 2007; no artigo 12 da Lei Estadual nº 13.374, de 22 de setembro de 2015 e a Cláusula Sétima do Contrato de Rateio nº 01/2022.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO DE RATEIO

Com os acréscimos decorrentes deste termo aditivo, os valores do contrato de rateio passam a vigorar conforme tabela abaixo:

Fonte	Código Orçamentário e Contábil	Discriminação da Natureza da Despesa	RATEIO SEDE	RATEIO POLICLINICA	TOTAL GERAL MENSAL (R\$)
			Valor Mensal (R\$)	Valor Mensal (R\$)	
Rateio 2025	31 71 7000	Pessoal e Encargos Sociais	35.637,30	585.364,66	621.001,96
	33 71 7000	Despesas de Custeio	31.648,70	247.109,92	278.758,62

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

PORTARIA GM/MS Nº 608	33 71 7000	Despesas de Custeio	0,00	270.103,42	270.103,42
TOTAL			67.286,00	1.102.578,00	1.169.864,00

## CLÁUSULA QUARTA - DOS AJUSTES FINANCEIROS

Os ajustes sobre os repasses financeiros mensais previstos neste Termo Aditivo foram definidos e aprovados em **Assembleia Geral**, da seguinte forma:  
A partir da competência **ABRIL a DEZEMBRO de 2025**, o Consórcio e os entes consorciados (Estado e Municípios) deverão obrigatoriamente, para fins de registro contábil orçamentário, observar e aplicar as alterações supracitadas, conforme demonstrado no **ANEXO I, II e III deste Termo**.

## CLÁUSULA QUINTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS E CONDIÇÕES CONTRATUAIS

Permanecem inalteradas as Cláusulas e Condições não modificadas direta ou indiretamente do Contrato de Rateio originário por este Instrumento.

E, por estarem de acordo, lavrou-se o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para todos os fins de direito, as quais foram lidas e assinadas pelos Partícipes

Itaberaba, 10 de abril de 2025

**JERÔNIMO RODRIGUES SOUZA**  
Governador

**ROBERTA SILVA DE CARVALHO SANTANA**  
Secretária da Saúde do Estado da Bahia

**NEY MARQUES DIAS**  
Presidente do Consórcio Público Interfederativo de Saúde da Região de Itaberaba e Seabra  
Prefeito do Município de Ruy Barbosa

WELLINGTON BARBOSA SILVA  
Município de Abaíra

WILSON PAES CARDOSO  
Município de Andaraí

SAVIO BULCAO DOS SANTOS  
Município de Boa Vista do Tupim

CELESTE AUGUSTA ARAÚJO PAIVA  
Município de Boninal

NIXON DUARTE MUNIZ FERREIRA  
Município de Iaçu

CARLOS CEZAR DE ALMEIDA SANTOS  
QUEIROZ  
Município de Ibiquera

WILSON DOS SANTOS SOUZA  
Município de Ibitiara

WALTERSON RIBEIRO COUTINHO  
Município de Iraquara

JOÃO ALMEIDA MASCARENHAS FILHO  
Município de Itaberaba

ZENILDO MATOS DE OLIVEIRA  
Município de Itaeté

ANTONIO MARIO LIMA SILVA  
Município de Lagedinho

VANESSA DOS ANJOS TELES SENNA  
Município de Lençóis

LUCIANO PAMPONET DE SOUSA  
Município de Macajuba

HERMÍNIO JOSÉ OLIVEIRA MERCÊS  
Município de Marcionílio Souza

ANA OLIMPIA HORA MEDRADO  
Município de Mucugê

ADEMAR MARTINS DE OLIVEIRA FILHO  
Município de Nova Redenção



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

ROGERIO DE OLIVEIRA PRADO  
Município de Novo Horizonte

WILSON JOSE DA ROCHA  
Município de Palmeiras

MARCOS PAULO SANTOS AZEVEDO  
Município de Piatã

NEY MARQUES DIAS  
Município de Ruy Barbosa

JOAQUIM INACIO DE SOUZA NETO  
Município de Seabra

ATILA SANT ANA KARAOGLAN  
Município de Utinga

THIAGO ROCHA LADEIA  
Município de Wagner

ANEXO I - DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RATEIOS - EXERCÍCIO FINANCEIRO 2025  
CONSORCIO PUBLICO INTERFEDERATIVO DE SAUDE DA REGIAO DE ITABERABA/SEABRA

MUNICIPIO		POPULAÇÃO IBGE 2024	50% CUSTEIO SEDE & POLICLINICA			
			RATEIO MENSAL SEDE	RATEIO MENSAL POLICLINICA	CUSTO MENSAL POR MUNICIPIO	PER CAPITA DO CONSORCIO
1	ABAÍRA	7.452	616,32	7.625,21	8.241,53	1,11
2	ANDARAÍ	13.531	1.119,08	13.845,51	14.964,59	
3	BOA VISTA DO TUPIIM	17.307	1.431,37	17.709,29	19.140,66	
4	BONINAL	14.104	1.166,47	14.431,83	15.598,30	
5	IAÇU	25.333	2.095,17	25.921,84	28.017,01	
6	IBIQUERA	3.837	317,34	3.926,19	4.243,53	
7	IBITIARA	15.062	1.245,70	15.412,10	16.657,80	
8	IRAQUARA	24.759	2.047,70	25.334,50	27.382,20	
9	ITABERABA	68.244	5.644,14	69.830,27	75.474,41	
10	ITAETÉ	13.822	1.143,15	14.143,28	15.286,43	
11	LAJEDINHO	3.621	299,47	3.705,16	4.004,63	
12	LENÇÓIS	11.170	923,82	11.429,64	12.353,46	
13	MACAUBA	10.758	889,74	11.008,06	11.897,80	
14	MARCONILIO SOUZA	9.507	786,27	9.727,98	10.514,25	
15	MUCUGÊ	12.650	1.046,22	12.944,04	13.990,26	
16	NOVA REDENÇÃO	7.708	637,49	7.887,17	8.524,66	
17	NOVO HORIZONTE	11.565	956,48	11.833,81	12.790,29	
18	PALMEIRAS	10.819	894,78	11.070,48	11.965,26	
19	PIATÃ	20.859	1.725,15	21.343,85	23.069,00	
20	RUJ BARBOSA	29.606	2.448,57	30.294,16	32.742,73	
21	SEABRA	48.530	4.013,68	49.658,03	53.671,71	
22	UTINGA	16.691	1.380,43	17.078,96	18.459,39	
23	WAGNER	9.847	814,46	10.075,93	10.890,39	
TOTAL		406.782	33.643,00	416.237,29	449.880,29	

FONTE	RATEIO MENSAL SEDE	RATEIO MENSAL POLICLINICA	TOTAL POLICLINICA + SEDE RATEIO MENSAL
Tesouro Estadual (50%)	33.643,00	416.237,29	449.880,29
Tesouro Municipal (50%)	33.643,00	416.237,29	449.880,29
PORTARIA GM/MS Nº 608	-	270.103,42	270.103,42
TOTAL	67.286,00	1.102.578,00	1.169.864,00

ANEXO II - CRONOGRAMA FINANCEIRO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA - QDD 2025 POR ENTE CONSORCIADO  
TA nº 02 ao CONTRATO RATEIO SEDE

Descrição	Natureza da Despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total 2025
TOTAL ESTADO	3.1.71.70	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	213.823,80
	3.3.71.70	13.641,35	13.641,35	13.641,35	15.824,35	15.824,35	15.824,35	15.824,35	15.824,35	15.824,35	15.824,35	15.824,35	15.824,35	183.343,20
	TOTAL ESTADO	31.460,00	31.460,00	31.460,00	33.643,00	33.643,00	33.643,00	33.643,00	33.643,00	33.643,00	33.643,00	33.643,00	33.643,00	397.167,00
TOTAL MUNICIPIO	3.1.71.70	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	17.818,65	213.823,80
	3.3.71.70	13.641,35	13.641,35	13.641,35	15.824,35	15.824,35	15.824,35	15.824,35	15.824,35	15.824,35	15.824,35	15.824,35	15.824,35	183.343,20
	TOTAL MUNICIPIO	31.460,00	31.460,00	31.460,00	33.643,00	33.643,00	33.643,00	33.643,00	33.643,00	33.643,00	33.643,00	33.643,00	33.643,00	397.167,00
TOTAL GERAL (ESTADO + PORTARIA 608 + MUNICIPIO)		62.920,00	62.920,00	62.920,00	67.286,00	67.286,00	67.286,00	67.286,00	67.286,00	67.286,00	67.286,00	67.286,00	67.286,00	794.334,00

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

CRONOGRAMA FINANCEIRO - COTA RATEIO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA - POR MUNICÍPIO CONSORCIADO

MUNICÍPIO	Natureza da Despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total Município
1	3.1.71.70	326,43	326,43	326,43	326,43	326,43	326,43	326,43	326,43	326,43	326,43	326,43	326,43	3.917,16
	3.3.71.70	249,90	249,90	249,90	289,89	289,89	289,89	289,89	289,89	289,89	289,89	289,89	289,89	3.358,71
MUNICÍPIO														
2	3.1.71.70	582,71	582,71	582,71	582,71	582,71	582,71	582,71	582,71	582,71	582,71	582,71	582,71	7.112,52
	3.3.71.70	453,76	453,76	453,76	526,37	526,37	526,37	526,37	526,37	526,37	526,37	526,37	526,37	6.098,61
MUNICÍPIO														
3	3.1.71.70	1.338,50	1.338,50	1.338,50	1.431,37	1.431,37	1.431,37	1.431,37	1.431,37	1.431,37	1.431,37	1.431,37	1.431,37	16.897,83
	3.3.71.70	580,39	580,39	580,39	673,26	673,26	673,26	673,26	673,26	673,26	673,26	673,26	673,26	7.800,51
MUNICÍPIO														
4	3.1.71.70	1.090,78	1.090,78	1.090,78	1.166,47	1.166,47	1.166,47	1.166,47	1.166,47	1.166,47	1.166,47	1.166,47	1.166,47	13.770,57
	3.3.71.70	472,97	472,97	472,97	548,66	548,66	548,66	548,66	548,66	548,66	548,66	548,66	548,66	6.356,85
MUNICÍPIO														
5	3.1.71.70	1.095,22	1.095,22	1.095,22	2.095,17	2.095,17	2.095,17	2.095,17	2.095,17	2.095,17	2.095,17	2.095,17	2.095,17	24.734,19
	3.3.71.70	849,54	849,54	849,54	985,49	985,49	985,49	985,49	985,49	985,49	985,49	985,49	985,49	11.418,03
MUNICÍPIO														
6	3.1.71.70	296,75	296,75	296,75	317,34	317,34	317,34	317,34	317,34	317,34	317,34	317,34	317,34	3.746,31
	3.3.71.70	128,67	128,67	128,67	149,26	149,26	149,26	149,26	149,26	149,26	149,26	149,26	149,26	1.729,35
MUNICÍPIO														
7	3.1.71.70	1.164,87	1.164,87	1.164,87	1.245,70	1.245,70	1.245,70	1.245,70	1.245,70	1.245,70	1.245,70	1.245,70	1.245,70	14.705,91
	3.3.71.70	505,10	505,10	505,10	585,93	585,93	585,93	585,93	585,93	585,93	585,93	585,93	585,93	6.788,67
MUNICÍPIO														
8	3.1.71.70	1.084,54	1.084,54	1.084,54	1.084,54	1.084,54	1.084,54	1.084,54	1.084,54	1.084,54	1.084,54	1.084,54	1.084,54	13.014,48
	3.3.71.70	830,29	830,29	830,29	963,16	963,16	963,16	963,16	963,16	963,16	963,16	963,16	963,16	11.159,31
MUNICÍPIO														
9	3.1.71.70	5.277,91	5.277,91	5.277,91	5.644,14	5.644,14	5.644,14	5.644,14	5.644,14	5.644,14	5.644,14	5.644,14	5.644,14	66.630,99
	3.3.71.70	2.889,36	2.889,36	2.889,36	2.989,36	2.989,36	2.989,36	2.989,36	2.989,36	2.989,36	2.989,36	2.989,36	2.989,36	35.872,32
MUNICÍPIO														
10	3.1.71.70	1.068,98	1.068,98	1.068,98	1.143,15	1.143,15	1.143,15	1.143,15	1.143,15	1.143,15	1.143,15	1.143,15	1.143,15	13.495,29
	3.3.71.70	463,52	463,52	463,52	537,69	537,69	537,69	537,69	537,69	537,69	537,69	537,69	537,69	6.229,77
MUNICÍPIO														
11	3.1.71.70	280,04	280,04	280,04	299,47	299,47	299,47	299,47	299,47	299,47	299,47	299,47	299,47	3.535,35
	3.3.71.70	121,43	121,43	121,43	140,86	140,86	140,86	140,86	140,86	140,86	140,86	140,86	140,86	1.632,03
MUNICÍPIO														
12	3.1.71.70	863,87	863,87	863,87	923,82	923,82	923,82	923,82	923,82	923,82	923,82	923,82	923,82	10.905,99
	3.3.71.70	374,58	374,58	374,58	434,53	434,53	434,53	434,53	434,53	434,53	434,53	434,53	434,53	5.034,51
MUNICÍPIO														
13	3.1.71.70	832,01	832,01	832,01	889,74	889,74	889,74	889,74	889,74	889,74	889,74	889,74	889,74	10.503,69
	3.3.71.70	360,77	360,77	360,77	418,50	418,50	418,50	418,50	418,50	418,50	418,50	418,50	418,50	4.848,81
MUNICÍPIO														
14	3.1.71.70	416,44	416,44	416,44	416,44	416,44	416,44	416,44	416,44	416,44	416,44	416,44	416,44	4.907,28
	3.3.71.70	318,82	318,82	318,82	369,83	369,83	369,83	369,83	369,83	369,83	369,83	369,83	369,83	4.284,93
MUNICÍPIO														
15	3.1.71.70	978,34	978,34	978,34	1.046,22	1.046,22	1.046,22	1.046,22	1.046,22	1.046,22	1.046,22	1.046,22	1.046,22	12.351,00
	3.3.71.70	424,22	424,22	424,22	492,10	492,10	492,10	492,10	492,10	492,10	492,10	492,10	492,10	5.701,56
MUNICÍPIO														
16	3.1.71.70	596,13	596,13	596,13	637,49	637,49	637,49	637,49	637,49	637,49	637,49	637,49	637,49	7.525,80
	3.3.71.70	337,64	337,64	337,64	337,64	337,64	337,64	337,64	337,64	337,64	337,64	337,64	337,64	4.051,68
MUNICÍPIO														
17	3.1.71.70	894,42	894,42	894,42	956,48	956,48	956,48	956,48	956,48	956,48	956,48	956,48	956,48	11.291,58
	3.3.71.70	506,59	506,59	506,59	506,59	506,59	506,59	506,59	506,59	506,59	506,59	506,59	506,59	6.079,08
MUNICÍPIO														
18	3.1.71.70	836,72	836,72	836,72	894,78	894,78	894,78	894,78	894,78	894,78	894,78	894,78	894,78	10.563,18
	3.3.71.70	473,91	473,91	473,91	473,91	473,91	473,91	473,91	473,91	473,91	473,91	473,91	473,91	5.686,92
MUNICÍPIO														
19	3.1.71.70	1.613,21	1.613,21	1.613,21	1.725,15	1.725,15	1.725,15	1.725,15	1.725,15	1.725,15	1.725,15	1.725,15	1.725,15	20.365,98
	3.3.71.70	913,71	913,71	913,71	913,71	913,71	913,71	913,71	913,71	913,71	913,71	913,71	913,71	10.964,52
MUNICÍPIO														
20	3.1.71.70	2.289,69	2.289,69	2.289,69	2.448,57	2.448,57	2.448,57	2.448,57	2.448,57	2.448,57	2.448,57	2.448,57	2.448,57	28.906,20
	3.3.71.70	1.296,86	1.296,86	1.296,86	1.296,86	1.296,86	1.296,86	1.296,86	1.296,86	1.296,86	1.296,86	1.296,86	1.296,86	15.562,32
MUNICÍPIO														
21	3.1.71.70	3.753,24	3.753,24	3.753,24	4.013,68	4.013,68	4.013,68	4.013,68	4.013,68	4.013,68	4.013,68	4.013,68	4.013,68	47.382,84
	3.3.71.70	2.125,80	2.125,80	2.125,80	2.125,80	2.125,80	2.125,80	2.125,80	2.125,80	2.125,80	2.125,80	2.125,80	2.125,80	25.509,60
MUNICÍPIO														
22	3.1.71.70	1.290,86	1.290,86	1.290,86	1.380,43	1.380,43	1.380,43	1.380,43	1.380,43	1.380,43	1.380,43	1.380,43	1.380,43	16.296,45
	3.3.71.70	731,13	731,13	731,13	731,13	731,13	731,13	731,13	731,13	731,13	731,13	731,13	731,13	8.773,56
MUNICÍPIO														
23	3.1.71.70	761,57	761,57	761,57	814,46	814,46	814,46	814,46	814,46	814,46	814,46	814,46	814,46	9.614,85
	3.3.71.70	431,36	431,36	431,36	431,36	431,36	431,36	431,36	431,36	431,36	431,36	431,36	431,36	5.176,32

ANEXO III - CRONOGRAMA FINANCEIRO SEGUNDO A CLASSIFICAÇÃO DA NATUREZA DA DESPESA - QDD 2025 POR ENTE CONSORCIADO  
TA nº 02 ao CONTRATO RATEIO POLICLINICA

Descrição	Natureza da Despesa	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out
-----------	---------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Documento assinado eletronicamente por **NEY MARQUES DIAS, Usuário Externo**, em 29/05/2025, às 15:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Joaquim Inácio de Souza Neto, Usuário Externo**, em 29/05/2025, às 15:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Paes Cardoso, Usuário Externo**, em 29/05/2025, às 17:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **WALTERSON RIBEIRO COUTINHO, Usuário Externo**, em 29/05/2025, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Nixon Duarte Muniz Ferreira, Prefeito**, em 29/05/2025, às 20:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Rocha Ladeia, Usuário Externo**, em 30/05/2025, às 00:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos César De Almeida Santos Queiroz, Usuário Externo**, em 30/05/2025, às 08:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Barbosa Silva, Usuário Externo**, em 30/05/2025, às 09:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Zenildo Matos de Oliveira, Prefeito**, em 30/05/2025, às 11:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério de Oliveira Prado, Usuário Externo**, em 30/05/2025, às 15:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Mario Lima Silva, Prefeito**, em 30/05/2025, às 15:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Atila Sant'ana Karaoglan, Usuário Externo**, em 30/05/2025, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Paulo Santos Azevedo, Usuário Externo**, em 30/05/2025, às 16:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **João Almeida Mascarenhas Filho, Usuário Externo**, em 01/06/2025, às 17:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ana Olímpia Hora Medrado, Usuário Externo**, em 02/06/2025, às 10:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **CELESTE AUGUSTA ARAÚJO PAIVA, Usuário Externo**, em 02/06/2025, às 17:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ademar Martins de Oliveira Filho, Usuário Externo**, em 02/06/2025, às 21:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Herminio José Oliveira Mercês, Usuário Externo**, em 03/06/2025, às 09:12, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Jose Da Rocha, Usuário Externo**, em 03/06/2025, às 11:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wilson dos Santos Souza, Usuário Externo**, em 04/06/2025, às 09:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Savio Bulcão dos Santos, Usuário Externo**, em 04/06/2025, às 10:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Documento assinado eletronicamente por **Vanessa dos Anjos Teles Senna**, **Usuário Externo**, em 04/06/2025, às 10:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Marcos do Nascimento Pereira**, **Assessor Especial**, em 06/06/2025, às 10:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Roberta Silva de Carvalho Santana**, **Secretário(a) Estadual de Saúde**, em 06/06/2025, às 18:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **00115026611** e o código CRC **D6752695**.

Referência: Processo nº 019.0839.2025.0081441-54

SEI nº 00115026611

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Decreto Financeiro/Contábil



PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM

PRAÇA RUI BARBOSA - CENTRO  
CNPJ: 13.718.176/0001-25 - CEP: 46.850-000 - BOA VISTA DO TUPIM - BA

DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

DECRETO Nº 40 DE 11 DE JUNHO DE 2025

Abre CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR por Anulação de Dotação no valor total de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais), para fins que se especifica e da outras providências.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Municipal 807 de 18 de dezembro de 2024, edita o seguinte Decreto:

**Art 1º.** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementação orçamentária totalizando R\$10.000,00 (Dez mil reais) a saber:

Dotações Suplementares

020101 - GABINETE DO PREFEITO			
2.004 - DESENV. E MANUT. DAS AÇÕES DO GABINETE DO PREFEITO			
3.3.90.14.00 / 1500 - Diárias - Civil			10.000,00
Total por Ação:			10.000,00
Total por Unidade Orçamentária:			10.000,00
Total Suplementado:			10.000,00

**Art 2º.** - A propósito cabe-me informar que para atender a suplementação acima, serão anuladas parcialmente e/ou totalmente as seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelece a Lei nº 4.320.

Dotações Anuladas

021002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			
1.016 - CONST., AMPL., REFORMA E APARELHAMENTO DAS UNIDADE DE SAÚDE DA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSP.			
4.4.90.51.00 / 1500 - Obras e Instalações			5.000,00
Total por Ação:			5.000,00
2.029 - DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA			
4.4.90.52.00 / 1500 - Equipamentos e Material Permanente			5.000,00
Total por Ação:			5.000,00
Total por Unidade Orçamentária:			10.000,00
Total Anulado:			10.000,00

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM

PRAÇA RUI BARBOSA - CENTRO

CNPJ: 13.718.176/0001-25 - CEP: 46.850-000 - BOA VISTA DO TUPIM - BA

### DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

**Art. 3º** - Fica o Secretário Municipal de Finanças autorizado a expedir instruções normativas necessárias ao cumprimento deste Decreto.

**Art. 4º** - Este Decreto entra em vigor a partir de quarta-feira, 11 de junho de 2025.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM, Estado da Bahia, em 11 de junho de 2025.

**TEREZINHA DAS VIRGENS SILVA**  
Controlador(a) Interno(a)  
CPF: 194.109.725-15

**SÁVIO BULCÃO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal  
CPF: 778.638.955-53

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM**

PRAÇA RUI BARBOSA - CENTRO  
CNPJ: 13.718.176/0001-25 - CEP: 46.850-000 - BOA VISTA DO TUPIM - BA

**DECRETO DE ALTERAÇÃO DE QDD**

**DECRETO Nº 41 DE 11 DE JUNHO DE 2025**

**ESTABELECE** normas para alteração dos Quadros de Detalhamento da Despesa - QDD, e dá outras providências.

O **PREFEITO(A) MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM**, no uso de suas atribuições legais e devidamente autorizado no artigo da lei de nº 800 de 04 de setembro de 2024, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias.

Decreta:

**Art. 1º.** - Fica alterado o Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD do Poder Executivo, aprovado pelo Decreto Nº 156 de 19 de dezembro de 2024, correspondente à Programação das Despesas dos Órgãos diretamente subordinados ao Prefeito(a).

**021202 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
<b>2.055 - DESENV. E MANUT. DAS AÇÕES DO PROGRAMA TRASPORTE ESCOLAR</b>		
3.3.90.36.00 / 1553 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	0,00	52.000,00
3.3.90.39.00 / 1553 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	52.000,00	0,00
<b>Total por Modalidade:</b>	<b>52.000,00</b>	<b>52.000,00</b>
<b>Total por Ação:</b>	<b>52.000,00</b>	<b>52.000,00</b>
<b>Total por Unidade Orçamentária:</b>	<b>52.000,00</b>	<b>52.000,00</b>
<b>Total Geral:</b>	<b>52.000,00</b>	<b>52.000,00</b>

**Art. 2º** - A execução orçamentária obedecerá ao Quadro de Detalhamento de Despesa QDD, a estrutura de Custos de Projetos e Atividades, segundo a Natureza da Despesa, estabelecida para cada Unidade Orçamentária em consonância com os Programas de Trabalho, fixados na Lei Orçamentária Anual.

**Art. 3º** - Este(a) Decreto entra em vigor a partir de quarta-feira, 11 de junho de 2025.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM, Estado da Bahia, em 11 de junho de 2025.

**TEREZINHA DAS VIRGENS SILVA**  
Controlador(a) Interno(a)  
CPF: 194.109.725-15

**SÁVIO BULÇÃO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal  
CPF: 778.638.955-53



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM**

PRAÇA RUI BARBOSA - CENTRO  
CNPJ: 13.718.176/0001-25 - CEP: 46.850-000 - BOA VISTA DO TUPIM - BA

**DECRETO DE SUPERÁVIT FINANCEIRO**

**DECRETO Nº 42 DE 11 DE JUNHO DE 2025**  
**LEI MUNICIPAL Nº 807 DE 18 DE DEZEMBRO DE 2024**

**Abre CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO**  
**no valor de R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais).**

O **PREFEITO(A) MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no que dispõe a Lei Federal nº 4.320/64, em seus artigos 41, incisos e 43, § 1º inciso I, combinado com o disposto na Lei Complementar Federal nº 101 de 2000 (LRF), artigos 8º, parágrafo único e art. 50, decreta:

**Art. 1º.** - Fica aberto Crédito Suplementar no Orçamento do Poder Executivo Municipal autorizado a suplementação orçamentária totalizando R\$ 70.000,00 (Setenta mil reais ) na(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

**Dotações Suplementares**

**021202 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**2.055 - DESENV. E MANUT. DAS AÇÕES DO PROGRAMA TRASPORTE ESCOLAR**


3.3.90.39.00 / 2570 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	70.000,00
<b>Total por Ação:</b>	<b>70.000,00</b>
<b>Total por Unidade Orçamentária:</b>	<b>70.000,00</b>
<b>Total Suplementado:</b>	<b>70.000,00</b>

**Art. 2º** - Os recursos utilizados para abertura do Crédito anteriormente citado decorrerão, nos termos do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, por superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior.

Fonte de Recursos	Valor
2570 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios vinculados a Educação	70.000,00
<b>Total</b>	<b>70.000,00</b>

**Art. 3º** - Este Decreto entra em vigor a partir de quarta-feira, 11 de junho de 2025.

GABINETE DO **PREFEITO(A) MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM**, Estado da Bahia, em 11 de junho de 2025.

  
**TEREZINHA DAS VIRGENS SILVA**  
Controlador(a) Interno(a)  
CPF: 194.109.725-15

  
**SÁVIO BULCÃO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal  
CPF: 778.638.955-53

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Termo Aditivo



Estado da Bahia  
Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim  
Rua Juvino Francisco do Amaral, 10, Centro  
Boa Vista do Tupim, Bahia, CEP: 46.850-000  
CNPJ: 13.862.190/0001-06

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 079/2025****EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO  
AO CONTRATO Nº 253/2024**

O MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO TUPIM, através da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim, Estado da Bahia, torna público que firmou o PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 253/2024, originário do Dispensa de Licitação nº 039/2024 com a empresa **A S DA SILVA ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ME**, CNPJ nº. 08.015.989/0001-19, prorrogando o prazo contratual por mais 06 (seis) meses, a partir do encerramento do Contrato inicial, ou seja, **08 de abril de 2025 a 08 de outubro de 2025**, mantidas as demais cláusulas e condições pactuadas, para prestação de serviços de assessoramento, suporte técnico, desenvolvimento e manutenção de web site para o Município de Boa Vista do Tupim, pelo valor total de **R\$ 14.721,72 (quatorze mil, setecentos e vinte e um reais e setenta e dois centavos)**, correspondendo ao valor mensal de **R\$ 2.453,62 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e dois centavos)**. As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta do Orçamento para o exercício de 2025 na dotação orçamentária referenciada no mesmo. Boa Vista do Tupim, 08 de abril de 2025. Assina pela Empresa Rafael Damasceno Ferreira e pela Prefeitura, Sávio Bulcão dos Santos, Prefeito Municipal.

REPUBLICAR POR HAVER SAÍDO EM COREÇÃO

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



Estado da Bahia  
Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim  
Rua Juvino Francisco do Amaral, 10, Centro  
Boa Vista do Tupim, Bahia, CEP: 46.850-000  
CNPJ: 13.862.190/0001-06

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 079/2025**

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 113/2024**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 253/2024 para renovação contratual que entre si celebram a Prefeitura Municipal Boa Vista do Tupim e a empresa **A S da Silva Assistência Técnica - ME**, na forma abaixo.

O Município de Boa Vista do Tupim, através da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim, Estado da Bahia, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 13.718.176/0001-25, localizado na Travessa Prof.ª Nilda de Castro, s/nº., Centro, Boa Vista do Tupim, Bahia, CEP 46.850-000, legalmente representado neste ato por seu prefeito, o Sr. **Sávio Bulcão dos Santos**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 778.638.955-53 e RG nº 474042804 SSP. Ba, residente à Avenida Central Juvenal Nery Santana, nº 637, Bairro Campo Alegre, município de Boa Vista do Tupim, Bahia, CEP: 46.850-0000 doravante denominado CONTRATANTE e do outro lado a empresa **A S da Silva Assistência Técnica - ME**, CNPJ nº. 08.015.989/0001-19, com sede situada à Rua Antônio Novaes, nº. 254, Sala A, Bairro Folga, Ruy Barbosa, Ba, CEP: 46-800-000, neste ato representada pelo Sr. **Adilson Santos da Silva**, inscrito no CPF sob o nº 004.173.815-22 e portador do RG. nº 763500100, com endereço à Rua Antônio Novaes, nº. 254, Sala A, Bairro Folga, Ruy Barbosa, Ba, CEP: 46-800-000, doravante designada CONTRATADA, acordam e ajustam a presente PRORROGAÇÃO ao contrato acima mencionado, firmado em 05 de janeiro de 2022, nos termos do art. 72, V e VI, da Lei 14.133/21, suas alterações e legislações pertinentes definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes, com base no Processo Administrativo autuado para este fim.

## **CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

O presente termo aditivo tem por finalidade a prorrogação da vigência do contrato nº 253/2024, firmado pelas partes em 08 de outubro de 2024, originário do Processo de Dispensa de Licitação nº. 039/2024, sem inclusão de novas obrigações e a continuidade da prestação de serviços especificados no contrato inicial, ou seja, prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em equipamentos odontológicos dos Postos de Saúde da Família na sede, povoados e assentamentos do município de Boa Vista do Tupim, para suprir a demanda do Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim.

## **CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO**

O prazo do presente Termo Aditivo será de 06 (seis) meses, contados a partir do encerramento do Contrato inicial, ou seja, **08 de abril de 2025 a 08 de outubro de 2025**, podendo ainda ser feitas novas prorrogações por iguais e sucessivos períodos, observadas as disposições do art. 72, da Lei nº. 14.133/21.

## **CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR**

A CONTRATANTE pagará, pelos serviços constantes do objeto da Cláusula Primeira do presente instrumento, o valor total de **R\$ 14.721,72 (quatorze mil, setecentos e vinte e um reais e setenta e dois centavos)** divididos em 06 (seis) parcelas mensais de **R\$ 2.453,62 (dois mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e sessenta e dois centavos)**.

## **CLÁUSULA QUARTA: DA FORMA DE PAGAMENTO**

O valor expresso na Cláusula Terceira deste instrumento será pago mensalmente até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da prestação dos serviços, cujos pagamentos serão realizados de acordo com os serviços prestados, mediante a apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal de Administração.



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

**Estado da Bahia**

Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim  
Travessa Prof.ª Nilda de Castro, S/N, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.850-000  
CNPJ: 13.718.176/0001-25

Administração.

**CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes da execução do presente contrato correrão por conta do orçamento aprovado para o exercício de 2025, de acordo com a excepcionalidade prevista no inciso V e VI, do art. 72, da Lei nº 14.133/21, na seguinte Dotação Orçamentária:

02.10.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2029	DESENVOLV. E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DA ATENÇÃO BÁSICA
33.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES
1-600-0000	DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS
	PÚBLICOS DE SAÚDE
1-621-0000	TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PROVENIENTES
	DO GOVERNO ESTADUAL
02.10.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2032	DESEN. E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
33.90.39.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
1-500-1002	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS A DESPESA COM ASPs


**CLÁUSULA SEXTA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

Ficam mantidas as demais cláusulas e condições contidas no contrato inicial.


- \* Fica eleito o Foro da Comarca de Boa Vista do Tupim, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios provenientes da interpretação e/ou da execução do presente instrumento.

E, por estarem de acordo, depois de lido e achado conforme, foi a presente Prorrogação Contratual lavrada em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinada pelas partes e testemunhas abaixo.


Boa Vista do Tupim, 08 de abril de 2025

  
Sávio Bulcão dos Santos  
Prefeito Municipal

08.015.989/0001-19  
AS DA SILVA ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ME  
R. ANTONIO NOVAIS Nº 254 SALA 4  
FOLGA - CEP: 46.800-000  
RUI BARBOSA - BA

  
A S DA SILVA ASSISTÊNCIA TÉCNICA - ME  
CNPJ nº. 08.015.989/0001-19  
Adilson Santos da Silva  
CPF nº 004.173.815-22

**TESTEMUNHAS**

1 

CPF: 058.960.245-02

2 

CPF: 067.347.885-80

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Decreto Financeiro/Contábil



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM**

PRAÇA RUI BARBOSA - CENTRO  
CNPJ: 13.718.176/0001-25 - CEP: 46.850-000 - BOA VISTA DO TUPIM - BA

**DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR**

DECRETO Nº 43 DE 12 DE JUNHO DE 2025

Abre CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR por Anulação de Dotação no valor total de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), para fins que se especifica e da outras providências.

O PREFEITO(A) MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM, no uso de suas atribuições legais, constitucionais e de acordo com o que lhe confere a Lei Municipal 807 de 18 de dezembro de 2024, edita o seguinte Decreto:

**Art 1º.** - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementação orçamentária totalizando R\$100.000,00 (Cem mil reais) a saber:

**Dotações Suplementares**

**021202 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**2.055 - DESENV. E MANUT. DAS AÇÕES DO PROGRAMA TRASPORTE ESCOLAR**

3.3.90.36.00 / 1500 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	100.000,00
Total por Ação:	100.000,00
Total por Unidade Orçamentária:	100.000,00
Total Suplementado:	100.000,00

**Art 2º.** - A propósito cabe-me informar que para atender a suplementação acima, serão anuladas parcialmente e/ou totalmente as seguintes dotações orçamentárias, conforme estabelece a Lei nº 4.320.

**Dotações Anuladas**

**021201 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**2.053 - DESENV. E MANUT. DAS AÇÕES DA SEC. DE EDUCAÇÃO**

3.3.90.39.00 / 1500 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	100.000,00
Total por Ação:	100.000,00
Total por Unidade Orçamentária:	100.000,00
Total Anulado:	100.000,00

**Art. 3º** - Fica o Secretário Municipal de Finanças autorizado a expedir instruções normativas necessárias ao cumprimento deste Decreto.

**Art. 4º** - Este Decreto entra em vigor a partir de quinta-feira, 12 de junho de 2025.

GABINETE DO PREFEITO(A) MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM, Estado da Bahia, em 12 de junho de 2025.

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



## PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM

PRAÇA RUI BARBOSA - CENTRO

CNPJ: 13.718.176/0001-25 - CEP: 46.850-000 - BOA VISTA DO TUPIM - BA

### DECRETO DE CRÉDITO ORÇAMENTÁRIO E SUPLEMENTAR

**TEREZINHA DAS VIRGENS SILVA**

Controlador(a) Interno(a)

CPF: 194.109.725-15

**SÁVIO BULÇÃO DOS SANTOS**

Prefeito Municipal

CPF: 778.638.955-53

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Contrato

**Estado da Bahia**Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do  
TupimRua Juvino Francisco do Amaral, 10, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.850-000PROCESSO ADMINISTRATIVO: 099/2025  
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: 018/2025**TERMO DE CONTRATO Nº 246/2025**

Termo de Contrato nº 246/2025 por  
Processo de Inexigibilidade de Licitação nº  
018/2025, para locação de imóvel através  
da Prefeitura Municipal de Boa Vista do  
Tupim e o **Fundo Municipal de Saúde**, e a  
Pessoa Física de **Marcio Bispo Alves**,  
conforme segue:

O **Município de Boa Vista do Tupim**, através da Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim e Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ sob nº 13.862.190/0001-06, localizado à Rua Juvino Francisco do Amaral, 10, Centro – Boa Vista do Tupim – Bahia – CEP 46.850-000, legalmente representado neste ato por seu Prefeito Municipal, Sr. **Sávio Bulcão dos Santos**, brasileiro, casado, portador da carteira de identidade RG. nº 474042804 e CPF nº 778.638.955-53 e pelo Gestor do Fundo Municipal de Saúde, **Uilson Gustavo Mendes Macedo**, portador do RG. nº 0939595591 e CPF nº 023.093.395-55, ambos residentes e domiciliados na cidade de Boa Vista do Tupim, neste Estado, doravante denominado **LOCATÁRIO**, e do outro lado a pessoa física o Sr **Marcio Bispo Alves**, inscrito no CPF sob o nº 088.138.395-37 e portador do RG de nº 21.172.215-48 com endereço no Povoado de Piabas, nº. 70, Zona Rural, Boa Vista do Tupim-BA CEP: 46.850-000, doravante designada **LOCADOR** tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 099/2025 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor e na Lei nº 8.245 de 1991 que dispõe sobre locações de imóveis urbanos, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Inexigibilidade de licitação nº 018/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.3. Locação de 01 (um) imóvel, que servirá como ponto de apoio para atendimentos médicos, odontológicos e de enfermagem no assentamento Polínesia, zona rural do Município, vinculados à Secretaria Municipal de Saúde.

1.4. Todos os termos do Termo de Referência integram o presente contrato em todas as suas condições.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1. O presente Termo de Contrato é formalizado com fundamento no art. 74, inciso V, da Lei nº 14.133 de 2021, o qual autoriza a inexigibilidade de licitação a locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, destinado ao atendimento das finalidades precípua da Administração, cujas necessidades de instalação e localização condicionem a sua escolha, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCADOR**

O LOCADOR obriga-se a:



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**Estado da Bahia**  
**Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim**  
Rua Juvino Francisco do Amaral, 10, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.850-000

- 3.1. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;
- 3.2. Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte do LOCATÁRIO;
- 3.3. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;
- 3.4. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;
- 3.5. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;
- 3.6. Auxiliar o LOCATÁRIO na descrição minuciosa do estado do imóvel, quando da realização da vistoria;
- 3.7. Fornecer ao LOCATÁRIO recibo discriminando as importâncias pagas, vedada a quitação genérica;
- 3.8. Pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente;
- 3.9. Pagar os impostos (especialmente Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU) e taxas, inclusive a contribuição para o custeio de serviços de iluminação pública, incidentes sobre o imóvel;
- 3.9.1. Pagar, ainda, a LOCATÁRIA juntamente com o recibo do aluguel aos LOCADORES, pelo sistema de reembolso, mediante apresentação de recibo ou comprovantes devidos, as despesas correspondentes ao IPTU, relativo à área locada, excluídas as multas e juros de mora devidos por atraso no pagamento.
- 3.10. Entregar, em perfeito estado de funcionamento, os sistemas do sistema hidráulico e a rede elétrica;
- 3.11. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de dispensa de licitação;
- 3.12. Informar ao LOCATÁRIO quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.
- 3.13. Pagar as despesas extraordinárias de condomínio, entendidas como aquelas que não se refiram aos gastos rotineiros de manutenção do edifício, como:
  - a. obras de reformas ou acréscimos que interessem à estrutura integral do imóvel;
  - b. pintura das fachadas, empenas, poços de aeração e iluminação, bem como das esquadrias externas;
  - c. obras destinadas a repor as condições de habitabilidade do edifício;
  - d. indenizações trabalhistas e previdenciárias pela dispensa de empregados, ocorridas em data anterior ao início da locação;
  - e. instalação de equipamento de segurança e de incêndio, de telefonia, de intercomunicação, de esporte e de lazer;
  - f. despesas de decoração e paisagismo nas partes de uso comum;
  - g. constituição de fundo de reserva, e reposição deste, quando utilizado para cobertura de despesas extraordinárias;
- 3.14. Notificar a LOCATÁRIA, no caso de alienação do imóvel/espaco físico durante a vigência deste Contrato, para o exercício do direito de preferência na compra, devendo esta manifestar seu interesse no prazo de até 30 (trinta) dias contados da notificação;
- 3.15. Informar à LOCATÁRIA quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

## **CLÁUSULA QUARTA - DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES DO LOCATÁRIO** **O LOCATÁRIO obriga-se a:**

- 4.12. Pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis, no prazo estipulado neste Termo de Contrato;



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**Estado da Bahia**

**Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim**

Rua Juvenio Francisco do Amaral, 10, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.850-000

- 4.13. Servir-se do imóvel para o uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;
- 4.13.1. É vedada a sublocação, o empréstimo ou cessão do referido imóvel/espaco físico, em parte ou no seu todo, sem autorização do LOCADOR;
- 4.14. Realizar vistoria do imóvel, antes da entrega das chaves, para fins de verificação minuciosa do estado do imóvel, fazendo constar do Termo de Vistoria os eventuais defeitos existentes;
- 4.14.1. Os vícios e/ou defeitos que não constarem no Termo de Vistoria feito na devolução do imóvel serão de responsabilidade do LOCADOR
- 4.15. Restituir o imóvel, finda a locação, nas condições em que o recebeu, conforme documento de descrição minuciosa elaborado quando da vistoria inicial, salvo os desgastes e deteriorações decorrentes do uso normal;
- 4.16. Comunicar ao LOCADOR qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;
- 4.17. Consentir com a realização de reparos urgentes, a cargo do LOCADOR, sendo assegurado ao LOCATÁRIO o direito ao abatimento proporcional do aluguel, caso os reparos durem mais de dez dias, nos termos do artigo 26 da Lei nº 8.245, de 1991;
- 4.18. Realizar o imediato reparo dos danos verificados no imóvel, ou nas suas instalações, provocados por seus agentes, funcionários ou visitantes autorizados;
- 4.19. Não modificar a forma externa ou interna do imóvel, sem o consentimento prévio e por escrito do LOCADOR;
- 4.20. Entregar imediatamente ao LOCADOR os documentos de cobrança de tributos, cujo pagamento não seja de seu encargo, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que direcionada ao LOCATÁRIO;
- 4.21. Permitir a vistoria do imóvel pelo LOCADOR ou por seus mandatários, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no artigo 27 da Lei nº 8.245, de 1991;
- 4.22. Pagar quaisquer multas ou penalidades que venham a ser aplicadas, ou intimações que venham a ser feitas pelos poderes públicos em virtude de desrespeito às leis federais, estaduais ou municipais, no que se refere à utilização do imóvel/espaco físico locado

## CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E CONSERVAÇÃO

- 5.1. As benfeitorias necessárias introduzidas pelo LOCATÁRIO, ainda que não autorizadas pelo LOCADOR, bem como as úteis, desde que autorizadas, serão indenizáveis e permitem o exercício do direito de retenção, de acordo com o artigo 35 da Lei nº 8.245, de 1991, e o artigo 578 do Código Civil.
- 5.2. O LOCATÁRIO fica desde já autorizada a fazer, no imóvel locado, as adaptações indispensáveis ao desempenho das suas atividades.
- 5.3. Em qualquer caso, todas as benfeitorias desmontáveis, tais como lambris, biombos, cofre construído, tapetes, etc., poderão ser retiradas pelo LOCATÁRIO, devendo o imóvel locado, entretanto, ser devolvido com os seus respectivos acessórios.

## CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR DO ALUGUEL

- 6.1. O valor do aluguel mensal é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais), mensais, perfazendo o valor global de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais).
- 6.2. As despesas ordinárias do condomínio, bem como os encargos locatícios incidentes sobre o imóvel (água e esgoto, energia elétrica, tributos, etc.), cujo pagamento tenha sido atribuído



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**Estado da Bahia**  
**Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim**  
Rua Juvino Francisco de Amaral, 10, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.650-000

contratualmente à LOCATÁRIA, serão suportadas proporcionalmente, em regime de rateio, a partir da data do efetivo recebimento das chaves.

6.3. O acerto desta proporção se dará na primeira parcela vencível da despesa após a data de entrega das chaves, pagando LOCADOR e LOCATÁRIO suas respectivas partes da parcela. Caso o LOCATÁRIO a pague na integralidade, a parte de responsabilidade do LOCADOR será abatida no valor do aluguel do mês subsequente. A mesma proporção também será observada no encerramento do contrato, promovendo-se o acerto preferencialmente no pagamento do último aluguel.

## CLÁUSULA SETIMA - DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO

7.8.O pagamento será efetuado até 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao vencido;

7.9.O pagamento somente será efetuado após o “atesto”, pelo servidor competente, do documento de cobrança apresentado pelo LOCADOR.

7.10.Havendo erro na apresentação do documento de cobrança ou dos documentos pertinentes à locação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que o LOCADOR providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o LOCATÁRIO.

7.11.Antes do pagamento, o LOCATÁRIO verificará, por meio de consulta eletrônica, a regularidade do LOCADOR nos sites oficiais, devendo seu resultado ser impresso, e juntado ao processo de pagamento.

7.12.O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante depósito em contracorrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pelo LOCADOR, ou por outro meio previsto na legislação vigente.

7.13.Será considerada como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.14.O LOCATÁRIO não se responsabilizará por qualquer despesa que venha a ser efetuada pelo LOCADOR, que porventura não tenha sido acordada neste Termo de Contrato.

7.8 O atraso no pagamento, salvo se houver participação do LOCADOR, poderá acarretar a incidência de juros moratórios sobre a parcela devida, fixados em 1% (um por cento) ao mês, desconsiderado o critério pro rata die, bem como a incidência de correção monetária por mês de atraso, utilizando-se o IGP-DI/FGV, ou se for extinto, outro índice que o substitua, a critério da LOCATÁRIA.

## CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

8.5.O prazo de vigência do contrato será de 12 meses, com início na data de XX/XX/XXX e encerramento em YY/YY/YYYY, nos termos do artigo 3º da Lei nº 8.245, de 1991, podendo, por interesse da Administração, ser prorrogado por períodos sucessivos.

8.6.Os efeitos financeiros da contratação só terão início a partir da data da entrega das chaves, mediante Termo, precedido de vistoria do imóvel.

8.7.A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

8.8.Caso não tenha interesse na prorrogação, o LOCADOR deverá enviar comunicação escrita ao LOCATÁRIO, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data do término da vigência do contrato, sob pena de aplicação das sanções cabíveis por descumprimento de dever contratual.

## CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA EM CASO DE ALIENAÇÃO



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**Estado da Bahia**

**Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim**

Rua Juvino Francisco do Amaral, 10, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.850-000

9.1. Este contrato continuará em vigor em qualquer hipótese de alienação do imóvel locado, na forma do artigo 8º da Lei nº 8.245, de 1991.

9.2. Para que se possa fazer valer em face de terceiros eventual "cláusula de vigência no caso de alienação de coisa locada", a LOCATÁRIA levará o presente contrato de locação a registro no Cartório de Registro de Imóveis competente.

## **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE**

10.1. Será admitido o reajuste do valor locatício mensal, em contrato com prazo de vigência igual ou superior a doze meses, mediante a aplicação do (*Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M ou Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI*), ou outro que venha substituí-lo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, desde que seja observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, contado da data de sua assinatura, para o primeiro reajuste, ou da data do último reajuste, para os subsequentes.

10.2. O reajuste, decorrente de solicitação do LOCADOR, será formalizado por apostilamento, salvo se coincidente com termo aditivo para o fim de prorrogação de vigência ou alteração contratual.

10.3. Se a variação do indexador adotado implicar em reajuste desproporcional ao preço médio de mercado para a presente locação, o LOCADOR aceita negociar a adoção de preço compatível ao mercado de locação no município em que se situa o imóvel.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

12.1. A Dotação orçamentária que correrá tal despesa é:

02.10.02	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2032	DESENVOLVIMENTO E MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3390.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA
1-500-1002	RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS A DESPESA COM ASPS

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA FISCALIZAÇÃO**

12.1. A fiscalização do presente Termo de Contrato será exercida por um representante do LOCATÁRIO, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso de sua execução.

12.2. O fiscal anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome das pessoas eventualmente envolvidas, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12.3. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do fiscal do contrato deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para a adoção das medidas convenientes.

12.4. O LOCADOR poderá indicar um representante para representá-lo na execução do contrato.

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS ALTERAÇÕES**

13.4. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133 de 2021

13.5. O LOCADOR é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato;

13.6. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**Estado da Bahia**

**Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim**

Rua Juvino Francisco do Amaral, 10, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.850-000

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

14.1 A inexecução total ou parcial do contrato, ou o descumprimento de qualquer dos deveres elencados neste instrumento, sujeitará ao LOCADOR, garantida a prévia defesa, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às penalidades de:

**Advertência** por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

**Multa:** Moratória de 0,03% por dia de atraso, injustificado, sobre o valor mensal da locação;

**Compensatória** de 15% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total ou parcial de obrigação assumida;

**Suspensão** de licitar e impedimento de contratar com o Município de Ubaíra-BA, pelo prazo de até dois anos;

**Declaração** de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o LOCADOR ressarcir ao LOCATÁRIO pelos prejuízos causados;

14.2 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

14.3 Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade, previstas acima, as empresas que, em razão do presente contrato:

a) tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;

b) demonstrem não possuir idoneidade para contratar com o LOCATÁRIO em virtude de atos ilícitos praticados.

14.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

14.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado ao LOCATÁRIO, observado o princípio da proporcionalidade.

14.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados ao LOCATÁRIO serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa do Município e cobrados judicialmente.

14.7 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo LOCATÁRIO.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESCISÃO CONTRATUAL**

15.1. O LOCATÁRIO poderá rescindir este Termo de Contrato, sem qualquer ônus, em caso de descumprimento total ou parcial de qualquer cláusula contratual ou obrigação imposta ao LOCADOR, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

15.2. A rescisão por descumprimento das cláusulas e obrigações contratuais acarretará a execução dos valores das multas e indenizações devidas ao LOCATÁRIO, bem como a retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados, além das penalidades previstas neste instrumento.

15.3. Também constitui motivo para a rescisão do contrato a ocorrência das hipóteses enumeradas art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, que sejam aplicáveis a esta relação locatícia.

15.4. Caso, por razões de interesse público, devidamente justificadas, nos termos do inciso VIII do artigo art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021, o LOCATÁRIO decida devolver o imóvel e rescindir o contrato, antes do término do seu prazo de vigência, ficará dispensada do pagamento de qualquer multa, desde que notifique ao LOCADOR, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim



**Estado da Bahia**  
**Fundo Municipal de Saúde de Boa Vista do Tupim**  
Rua Juvenio Francisco do Amaral, 10, Centro,  
Boa Vista do Tupim, CEP: 46.860-000

15.5 Nos casos em que reste impossibilitada a ocupação do imóvel, tais como incêndio, desmoronamento, desapropriação, caso fortuito ou força maior, etc., o LOCATÁRIO poderá considerar o contrato rescindido imediatamente, ficando dispensada de qualquer prévia notificação, ou multa, desde que, nesta hipótese, não tenha concorrido para a situação.

15.6 O procedimento formal de rescisão terá início mediante notificação escrita, entregue diretamente ao LOCADOR ou por via postal, com aviso de recebimento.

15.7 Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa, e precedidos de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOS CASOS OMISSOS

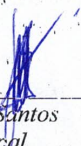
16.1. Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste contrato reger-se-ão pelas disposições contidas na Lei nº 8.245, de 1991, e na Lei 14.133, de 2021, subsidiariamente, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste contrato, independentemente de suas transcrições.

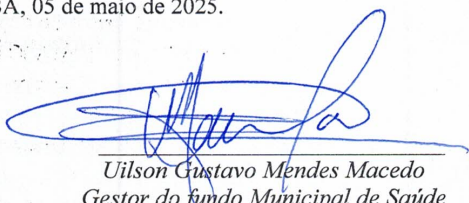
## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

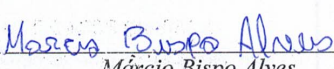
17.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Boa Vista do Tupim como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

17.2 - E por estarem justos e contratados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma para que produzam os efeitos legais.

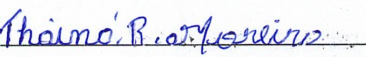
Boa Vista do Tupim - BA, 05 de maio de 2025.

  
Sávio Bulcão dos Santos  
Prefeito Municipal

  
Uilson Gustavo Mendes Macedo  
Gestor do fundo Municipal de Saúde

  
Márcio Bispo Alves  
CPF nº 088.138.395-37.

Testemunhas:

1   
Thalmir B. de Oliveira

2   
Francisco do. de Oliveira

CPF 058.960.275-02

CPF 067.342.835-80



# Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim

Portaria



**Estado da Bahia**  
**Prefeitura Municipal de Boa Vista do Tupim**  
Travessa Professora Nilda de Castro, S/N, Centro  
CNPJ: 13.718.176/0001-25

**PORTARIA Nº 143, DE 11 DE JUNHO DE 2025.**

**“Dispõe sobre progressão horizontal na carreira do magistério, conforme Lei nº 524 de 13 de maio de 2010 e dá outras providências.”**

**O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA VISTA DO TUPIM, ESTADO DA BAHIA,** no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei e,

**CONSIDERANDO** que o art. 32, da Lei Municipal nº 524/2010, possibilita a progressão horizontal na carreira é a passagem dos ocupantes dos cargos do Grupo Ocupacional do Magistério de uma Classe para outra, dentro do mesmo nível, e ocorre mediante a combinação de critérios específicos de avaliação de desempenho. Com normas disciplinadas mediante Lei, e a participação em programas de formação e/ou qualificação profissional relacionadas à Educação;

**CONSIDERANDO** os artigos 56 a 58, da Lei Municipal nº 524, de 13 de maio de 2010, que dispõe sobre a estruturação do plano de cargo e carreira da rede pública municipal de ensino de Boa Vista do Tupim, regulamenta a promoção por capacitação em serviço;

**CONSIDERANDO** o requerimento protocolado nesta Prefeitura, formulado pela servidora mencionada abaixo, pleiteando promoção por capacitação em serviço;

**CONSIDERANDO** que a referida servidora comprova a participação nos programas de formação e/ou qualificação profissional;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Determina a progressão horizontal na carreira da servidora efetiva abaixo relacionada, conforme atribuição prevista na Lei Municipal nº 524/2010:

NOME	CPF	% DE CAPACITAÇÃO
Elisângela Guerra dos Santos	900.321.955-91	10%

**Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo-se às disposições em contrário.

Registra-se, publica-se e cumpra-se.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VISTA DO TUPIM –**  
**BA, 11 de junho de 2025.**

**SAVIO BULCÃO DOS SANTOS**  
Prefeito Municipal